

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	13
→ ADJETIVO	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	16
→ ADVÉRBIO	20
→ PREPOSIÇÃO.....	23
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	25
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	29
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	35
→ CRASE.....	38
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	42
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES — PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.)	47
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	51
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	62
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	64
→ GABARITO	68
DIREITO ELEITORAL.....	71
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS (ARTS. 118 A 121 DA CF, DE 1988).....	71
→ CONCEITOS, PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO ELEITORAL	71
→ CONCEITO, AQUISIÇÃO E ESPÉCIES (SUFRÁGIO, VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR). CARACTERÍSTICAS DO VOTO.....	72
→ CASSAÇÃO, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS (ART. 15 DA CF).....	72
→ DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	72
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS.....	72
→ DOS JUÍZES ELEITORAIS.....	72
→ MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	72
→ DAS JUNTAS ELEITORAIS: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES	73

→ ALISTAMENTO ELEITORAL E DOMICÍLIO ELEITORAL (ARTS. 42 A 81 DO CE).....	73
→ SISTEMAS ELEITORAIS PROPORCIONAL, MAJORITÁRIO E MISTO (ARTS. 83-86 E 106-113 CE, 1º A 5º DA 9.504).....	73
→ REGISTRO DOS CANDIDATOS (ART. 87 A 102 DO CE, ART. 10 A 16-B DA 9.504).....	73
→ FINANCIAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 16-C A 27 DA 9.504)	74
→ PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 28 A 32 DA 9.504).....	74
→ PESQUISA E TESTES PRÉ-ELEITORAIS (ARTS. 33 A 35 DA 9.504).....	74
→ PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA (ARTS. 36 A 58-A DA 9.504).....	74
→ DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 73 A 78 DA LEI 9.504).....	75
→ FORNECIMENTO GRATUITO DE TRANSPORTE RESIDENTES ZONAS RURAIS (LEI 6.091, DE 1974).....	75
→ RECURSOS ELEITORAIS (ARTS. 257 A 282 DO CÓDIGO ELEITORAL)	75
→ AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	75
→ REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	76
→ ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE (ART 14, §3º A 9º DA CF, 3º DO CE; 1º DA LC 64, DE 1990).....	76
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 7º DA LEI 9.096; ART. 17, CAPUT E §1º E 4º, DA CF).....	77
→ CRIAÇÃO E REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (ARTS. 8 A 11-A DA 9.096; ART. 17, § 2º DA CF).....	77
→ FUNDO PARTIDÁRIO (ARTS. 38 A 44 DA LEI 9.096; ART. 17, §3º E 5º DA CF).....	78
→ CONCEITOS E HISTÓRIA SOBRE SISTEMA PARTIDÁRIO E REPRESENTAÇÃO POLITICA	78
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL — DOS CRIMES ELEITORAIS (ARTS. 289 A 354-A DA LEI Nº 4.737, DE 1965 — CE).....	78
→ DO PROCESSO DAS INFRAÇÕES (ARTS. 355 A 364 DA LEI Nº 4.737, DE 1965 — CE).....	79
→ GABARITO	79

DIREITO ADMINISTRATIVO 81

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	81
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	81
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	82
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	82
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	82
→ PODER REGULAMENTAR.....	83
→ PODER HIERÁRQUICO	83
→ PODER DISCIPLINAR	84
→ PODER DE POLÍCIA.....	85
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	85
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	86
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	86
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	87
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	88
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	88
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	89
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	89

→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	90
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	90
→ CONTROLE JURISDICIONAL.....	91
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS.....	92
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS.....	92
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	93
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112, DE 1990).....	93
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112, DE 1990).....	94
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112, DE 1990).....	94
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112, DE 1990).....	94
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	94
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	95
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	95
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	95
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	96
→ GABARITO.....	96

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 99

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF, DE 1988).....	99
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988).....	100
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF, DE 1988).....	102
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF, DE 1988).....	103
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	103
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	103
→ PERDA DA NACIONALIDADE.....	104
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE).....	104
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	104
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	104
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	105
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF, DE 1988).....	105
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF, DE 1988).....	105
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF, DE 1988).....	106
→ ESTADOS FEDERADOS — ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF, DE 1988).....	107
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF, DE 1988).....	108
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF, DE 1988).....	108
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — ARTS. 37 E 38 DA CF, DE 1988).....	109
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF, DE 1988).....	110
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF, DE 1988).....	110
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF, DE 1988).....	111

→ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (ART. 74 DA CF, DE 1988).....	111
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — STF (ARTS. 101 A 103 DA CF, DE 1988).....	112
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	112
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF, DE 1988).....	112
→ GABARITO	114

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....117

→ ADMINISTRAÇÃO.....	117
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	117
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	118
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	118
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	119
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	120
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	121
→ PLANEJAMENTO TÁTICO	122
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	122
→ PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NO SETOR PÚBLICO.....	122
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	122
→ LIDERANÇA	123
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	125
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	126
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	127
→ COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS	129
→ GABARITO	129

GESTÃO DE PESSOAS..... 131

→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO	131
→ GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	131
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	131
→ EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CENÁRIO MUNDIAL	132
→ EVOLUÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO NACIONAL.....	132
→ OBJETIVOS, FUNÇÕES E DESAFIOS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	132
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	133
→ PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF.....	134
→ SUBSISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS.....	135
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS).....	135
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	135
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS	135
→ DESEMPENHO	135
→ REMUNERAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO GERAL).....	137

→ BENEFÍCIOS E INCENTIVOS.....	137
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	137
→ GABARITO	137

GESTÃO DE CONTRATOS 139

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	139
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	139
→ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 2017 (ANTIGA IN Nº 2, DE 2008)	140
→ DIREITO CIVIL — PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	141
→ CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	141
→ PRELIMINARES E DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 421 A 435)	141
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	141
→ A EVICÇÃO (ARTS. 447 A 457).....	141
→ CONTRATO PRELIMINAR (ARTS. 462 A 466)	141
→ DO DISTRATO E DA CLÁUSULA RESOLUTIVA (ARTS. 472 A 475).....	142
→ EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (ARTS. 476 E 477).....	142
→ DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA (ARTS. 478 A 480)	142
→ QUESTÕES MESCLADAS DOS CONTRATOS EM GERAL (ARTS. 421 A 480).....	142
→ GABARITO	142

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Quanto às fontes do direito administrativo bem como aos princípios e ao regime da administração pública, julgue o item a seguir.

Embora a administração pública seja regida pelo princípio constitucional da legalidade, decisões judiciais podem servir como fonte para o direito administrativo, inclusive com força vinculante.

() CERTO () ERRADO

2. (CEBRASPE-CESPE – 2023) No que diz respeito aos conceitos de administração pública, às fontes do direito administrativo, aos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue o seguinte item.

Conforme a doutrina majoritária, os costumes não são fonte do direito administrativo brasileiro, porquanto a administração pública deve obedecer estritamente ao princípio da legalidade.

() CERTO () ERRADO

3. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Acerca do objeto do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os objetos de interesse do direito administrativo não incluem a atuação de entes de direito privado.

() CERTO () ERRADO

4. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca de direito administrativo, julgue o item que se seguem.

Dada a origem francesa do direito administrativo pátrio, a jurisprudência, no Brasil, assim como ocorre na França, revela-se a principal fonte do direito administrativo.

() CERTO () ERRADO

5. (CEBRASPE-CESPE – 2022) No que diz respeito à administração pública, às fontes do direito administrativo, à organização administrativa da União, à Lei n.º 8.112/1990 e aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a administração pública consiste no conjunto de órgãos, entidades e agentes estatais no exercício da função administrativa do Estado. Já a administração pública em sentido objetivo, material ou funcional designa o conjunto de atividades administrativas exercidas pelo Estado para a consecução dos interesses coletivos.

() CERTO () ERRADO

6. (CEBRASPE-CESPE – 2022) No que diz respeito à administração pública, às fontes do direito administrativo, à organização administrativa da União, à Lei n.º 8.112/1990 e aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

A lei é considerada a fonte primordial do direito administrativo brasileiro, razão por que esse ramo do direito público nacional se encontra codificado, ou seja, as normas administrativas estão reunidas em um só corpo de leis.

() CERTO () ERRADO

7. (CEBRASPE-CESPE – 2022) A respeito da administração pública, do direito administrativo e da organização administrativa da União, julgue o item a seguir.

O ato administrativo praticado por agente público no exercício da sua função expressa o sentido orgânico da administração pública.

() CERTO () ERRADO

8. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Acerca de sistemas administrativos, de administração pública e de organização administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

O surgimento do contencioso administrativo no sistema administrativo francês teve como um dos seus fundamentos o reforço ao princípio da separação dos poderes.

() CERTO () ERRADO

9. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que se segue.

No Brasil, assim como no sistema de common law, o costume é uma das fontes principais do direito administrativo.

() CERTO () ERRADO

10. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que se segue.

De acordo com o critério teleológico, o direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados.

() CERTO () ERRADO

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

11. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Julgue o próximo item, relativos à polícia sanitária, aos atos administrativos e ao processo administrativo.

Os fatos e os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários, conforme a carga de liberdade no exercício da vontade do agente administrativo.

() CERTO () ERRADO

12. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Considerando o conceito, os requisitos, os atributos, a classificação, as espécies e a invalidação dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Os atos administrativos são produzidos exclusivamente pelo Poder Executivo, uma vez que o Poder Judiciário é exclusivamente responsável por aplicar a lei e o Poder Legislativo por fazer os atos normativos.

() CERTO () ERRADO

13. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca do conceito de ato administrativo, julgue o item a seguir.

Ato administrativo é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.

() CERTO () ERRADO

14. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Com relação a conceitos e disposições inerentes ao direito administrativo, julgue o item subsequente.

Não há na doutrina majoritária quaisquer distinções entre os conceitos de atos administrativos, fatos administrativos e atos da administração, uma vez que todos eles produzem efeitos administrativos.

() CERTO () ERRADO

15. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Acerca de atos administrativos, serviços públicos e intervenção do Estado na propriedade, julgue o item seguinte.

Comando ou posicionamento emitido oralmente por agente público, no exercício de função administrativa e manifestando sua vontade, não pode ser considerado ato administrativo.

() CERTO () ERRADO

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

16. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Com base nos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

A motivação do ato administrativo será obrigatória quando dela depender o exercício do contraditório e da ampla defesa.

() CERTO () ERRADO

17. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Julgue o item a seguir, relativo a atos administrativos.

Os elementos do ato administrativo são o sujeito, o objeto, a forma, o motivo e a finalidade.

() CERTO () ERRADO

18. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca de atos administrativos, julgue o item a seguir.

A função de fato ocorre quando o agente público que pratica o ato administrativo está irregularmente investido no cargo, emprego ou função, mas toda a situação tem aparência de legalidade, o que torna o ato válido, especialmente para proteger a boa-fé do administrado.

() CERTO () ERRADO

19. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca de atos administrativos, julgue o item a seguir.

A incompetência é um vício que pode comprometer os atos administrativos, sendo caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

() CERTO () ERRADO

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

20. (CEBRASPE-CESPE – 2024) A respeito do controle exercido pela administração pública, julgue o item seguinte.

Conforme a jurisprudência do STF, o direito outorgado à administração pública para anulação de seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornem ilegais, submete-se ao instituto da prescrição.

() CERTO () ERRADO

21. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Julgue o item a seguir, relativo a atos administrativos.

Em razão da tipicidade, a administração pública é impedida de praticar um ato unilateral e coercitivo sem previsão legal.

() CERTO () ERRADO

22. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Julgue o próximo item, relativo ao ato administrativo e ao processo administrativo.

São atributos dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

() CERTO () ERRADO

23. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Com relação aos atos administrativos, julgue o item que se segue.

Como decorrência natural do princípio da legalidade, presume-se a legitimidade de todos os atos administrativos; por outro lado, o atributo da imperatividade (ou coercibilidade), além de nem sempre se fazer presente, tem perdido, nos tempos atuais, espaço para a consensualidade.

() CERTO () ERRADO

24. (CEBRASPE-CESPE – 2019) No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir.

As certidões emitidas pela administração pública possuem fé pública, pois um dos atributos dos atos administrativos é a sua presunção de veracidade.

() CERTO () ERRADO

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

25. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Acerca de atos administrativos e processo administrativo federal, julgue o item seguinte.

O decreto é ato administrativo privativo do chefe do Poder Executivo, podendo ser classificado em decreto normativo e decreto individual.

() CERTO () ERRADO